

## **Gestão participativa da pesca continental paulista: uma saída viável para resolver os problemas da atividade**

Paula Maria Gênova de Castro\*  
pesquisadora científica

Durante cerca de 9 meses, em visitas mensais aos principais pontos de desembarque e/ou núcleos pesqueiros situados ao longo do Médio e Baixo rio Tietê, pude observar com tristeza a precariedade do estado em que se encontravam os pescadores artesanais ribeirinhos e/ou de represas, praticando suas atividades profissionais diárias. Os problemas começam pelos locais de desembarque, sem estrutura alguma para atracagem e manutenção dos barcos e tralhas de pesca, ranchos improvisados, higiene precária na limpeza e conservação do pescado, entre outros aspectos. A comercialização fica nas mãos de atravessadores que compram o pescado pelo preço que querem e revendem a peixarias da região ou nas cidades vizinhas a preços, no mínimo, dobrados. Mas essa história é velha... e por que ainda persiste? Sem contar com os conflitos entre os pescadores artesanais e amadores (esportivos), cada vez mais freqüentes nos rios e represas do Estado de São Paulo, principalmente na porção média e baixa do Tietê. Nada contra a pesca esportiva, acho até que tem espaço para todos, a questão é ordenar a atividade de forma sustentada e participativa. Mas o que é difícil entender é a idéia que têm alguns políticos menos informados e certos técnicos de órgãos públicos de que, proibindo a pesca artesanal profissional em rios e represas do Estado em favor da pesca amadora, todos os problemas sócioeconômicos da atividade estariam resolvidos, pois os rios de São Paulo têm "vocaçãõ" para o turismo. Por outro lado, ao invés de proibir a pesca profissional pura e simplesmente (gerando uma soma de outros problemas e conflitos, com a marginalização de toda uma categoria trabalhadora), por que não instalar atracadouros em pontos estratégicos ao longo do rio Tietê (em sua porção média e baixa, entre as represas de Barra Bonita a Três Irmãos), com instalações cobertas, contendo bancadas azulejadas e água disponível e de boa qualidade para separação e limpeza do pescado? Com certeza, a higiene no manuseio do pescado seria melhorada e todos ganhariam com isso: o pescador teria seu produto mais limpo e assim poderia obter melhores lucros; o consumidor teria o produto de melhor qualidade e, então, um alimento mais saudável em sua mesa, dentro das normas de saúde pública. Mas é preciso cuidar também, e urgentemente, da saúde de nosso rio Tietê. Não é fechando a pesca profissional que os problemas serão resolvidos. É preciso atacar o mal pela raiz, aliás, os grandes problemas da pesca ou da diminuição dos peixes nos rios estão fora da pesca. A diminuição da produtividade

de nossos rios não é devido simplesmente à pesca predatória, como muitos costumam dizer, e sim às constantes alterações antrópicas ocorridas nesses corpos de água, em razão do desvio e/ou barramento dos rios, do não tratamento dos esgotos próximos das cidades ribeirinhas, de derrames de subprodutos da cana-de-açúcar nesses corpos d'água, do desmatamento em regiões ribeirinhas, dos agrotóxicos utilizados para prevenir pragas nas plantações e carreados aos rios etc. Não seria mais fácil as prefeituras, as concessionárias de hidroelétricas, os empresários responsáveis pelas usinas de cana-de-açúcar e a própria população assumirem seus papéis de forma mais responsável? Com certeza, a saúde de nossos rios seria outra, sem a alteração das comunidades de fitoplâncton, zooplâncton e bentos e a conseqüente manutenção do equilíbrio no meio aquático. Estas comunidades constituem a base alimentar de certas espécies de peixe, as quais voltariam a se proliferar no meio, dando sustentação ao desenvolvimento de muitas outras populações de peixes, conseqüentemente aumentando a produtividade pesqueira, sempre amparada na capacidade de suporte dos ambientes aquáticos e, assim, garantindo a essas populações o cumprimento do seu ciclo de vida, ou seja, reproduzindo-se, crescendo e deixando descendentes para gerações futuras.

Dessa forma, com a qualidade das águas em condições adequadas ao pleno desenvolvimento na vida aquática, o produto resultante da pesca seria de ótima qualidade, garantindo a toda a população o consumo de proteína animal sem igual e ao pescador profissional, um meio de trabalho e renda dignos, além de esse corpo d'água ser integrado na sociedade como ambiente de lazer e diversão. Mas é preciso contar já com a participação e a responsabilidade de todos, e a única maneira seria através de uma gestão participativa. Mas o que vem a ser uma gestão participativa da pesca? É o tipo de gestão que visa integrar todos os usuários da pesca em sua administração. Somente em um sistema de co-gerenciamento é possível conseguir o respeito desses usuários às medidas de ordenamento, que visam alcançar os objetivos definidos e defendidos por eles mesmos em um processo de negociação, tornando-os responsáveis pelo uso e conservação dos recursos pesqueiros. Um exemplo bem sucedido de gestão participativa da pesca continental é aquela que está sendo aplicada no Mato Grosso do Sul (MS). Em 1999, de acordo com o PqC Agostinho Catella (Embrapa-Pantanal) "houve um considerável avanço em direção à gestão participativa em MS através da regulamentação do Conselho Estadual de Pesca - CONPESCA/MS (Lei nº 1.787 de 25/11/97)"... "Trata-se de um fórum para discussão sobre os rumos e medidas de ordenamento da pesca no Estado, constituído por representantes de todos os setores

ligados à atividade, órgãos governamentais, ONGs, Institutos de pesquisa e/ou de ensino". Lá em MS, este órgão é presidido pelo Secretário do Meio Ambiente, e, embora seja um órgão de caráter consultivo, suas decisões, obtidas a partir de votação, vêm sendo acatada pelo Governo do Estado. Nesse mesmo Estado foi criado também um Sistema de Controle da Pesca (SCPesca-MS), implantado desde maio de 1994 em parceria com a Polícia Ambiental, a Embrapa-Pantanal e a Secretaria do Meio Ambiente, sendo o SCPesca-MS quem controla/contabiliza todo o pescado oriundo da pesca profissional e amadora, através de 13 postos da Polícia Ambiental instalados em pontos estratégicos da Bacia do rio Paraguai, tendo respaldado o Conselho Estadual através da geração de informações técnicas. Assim, bem que poderíamos nos inspirar em propostas ou ações tão oportunas e eficazes como essa, para o desenvolvimento mais harmônico da atividade pesqueira continental no Estado de São Paulo envolvendo a pesca artesanal profissional, de subsistência e amadora ou esportiva.

\*Paula Maria Gênova de Castro (paula@pesca.sp.gov.br ou paulagenova@bol.com.br) é pesquisadora científica do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Recursos Hídricos do Instituto de Pesca/ Apta/SAA e Doutora em Ciências, pelo Instituto Oceanográfico da USP.